

CARACTERIZAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Jorge Roberto Perrout de LIMA*

RESUMO

Tentando contribuir para a superação da crise de identidade que a educação física atravessa, têm sido apresentadas várias propostas de caracterização, sem, contudo, alcançar os resultados desejados por se acreditar que há uma intersecção entre educação física e esporte e/ou porque o termo educação física é empregado indiferenciadamente para significar área de estudo, formação profissional, atuação profissional e disciplina curricular. O objetivo desse trabalho é apresentar algumas reflexões que possam servir de subsídio para a caracterização da educação física nos níveis acadêmico e profissional. A nível acadêmico, admite-se que o papel da universidade é a produção e disseminação de conhecimento, incluindo como disseminação o oferecimento de cursos profissionalizantes. Para justificar sua presença na universidade, a educação física deve possuir um objeto de estudo específico e exclusivo, nesse trabalho, entendido como um tema integrativo de estudo, com um caráter agógico e orientado para a atuação profissional. A nível profissional, defende-se o oferecimento de vários cursos derivados da mesma área temática, com ênfase na formação teórica e sugere-se que a disciplina curricular educação física deve transmitir conhecimentos práticos e teóricos que contribuam para o processo de educação do ser humano.

UNITERMOS: Educação Física; Objeto de Estudo; Formação Profissional; Desempenho Profissional; Disciplina Curricular.

INTRODUÇÃO

A crise de identidade pela qual passa a educação física tem motivado muitas discussões a respeito de sua caracterização enquanto atividade acadêmica e enquanto atuação profissional. Muitas dessas discussões não têm proporcionado os resultados desejados porque seus interlocutores, quando apresentam suas idéias, não conseguem discriminar, com clareza, os aspectos acadêmicos e os aspectos profissionais. Vários tópicos, que mereceriam tratamento exclusivo e pormenorizado, são abordados em um grande bloco chamado educação física. Essa diferenciação é particularmente difícil em nossa área por causa da utilização indiferenciada do termo educação física para significar disciplina curricular, profissão, curso de preparação profissional e área de conhecimento (Tani, 1989).

O nome educação física também traz consigo incorreções que dificultam a caracterização da área. Em primeiro lugar, ele reflete a concepção dualista de dissociação entre corpo e mente, originária dos ideais gregos transplantados para os primeiros programas de treinamento físico criados nos Estados Unidos no final do século passado e, a partir da concepção dualista corpo e mente, cria a impressão de que é possível se educar apenas o físico e não o indivíduo.

Como primeiro passo na busca de alternativas para a solução da atual crise de identidade, deve-se estabelecer a diferenciação e os limites entre os diversos significados do termo educação física

* Faculdade de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Juiz de Fora (Minas Gerais) - Professor Assistente.

1. Nível individual/pessoal ou entendimento social;
2. Nível acadêmico/universitário/pesquisa/preparação profissional;
3. Nível de educação escolarizada;
4. Nível de educação não-escolarizada;
5. Nível de atuação profissional.

Não é objetivo desse trabalho discutir o significado individual/pessoal ou o entendimento social de educação física, mas seus compromissos acadêmicos e a natureza da atuação de seus profissionais. Entretanto, sem uma definição do que seja educação física no nível individual/pessoal, fica impossível caracterizar os outros níveis. Para Mariz de Oliveira¹, educação física, compreendida em seu nível individual/pessoal ou entendimento social, significa:

domínio (acúmulo, sistematização) de conhecimentos teóricos e práticos sobre a motricidade humana (movimento humano), os quais possibilitam o ser humano a otimizar suas possibilidades e potencialidades para mover-se genericamente ou especificamente, de forma harmoniosa e eficaz, e capacitar-se para, em relação ao meio em que vive, adaptar-se, interagir e transformá-lo, sempre na busca de uma melhor qualidade de vida.

Esse trabalho se norteará pelo significado proposto por Mariz de Oliveira¹, ressaltando que a caracterização dos demais níveis é feita em função dos objetivos propostos no nível individual e que a atuação profissional se faz nos níveis acadêmico, de educação escolarizada e não-escolarizada.

Educação física e esporte

Antes de prosseguir no trabalho de discutir a caracterização de educação física deve-se deixar claro que educação física não é esporte. Não devem ser aceitas as tentativas de conciliação, onde o esporte é um meio de alcançar os objetivos da educação física, ou seja, a educação física seria o fim e o esporte o meio (Betti, 1983); nem tampouco as tentativas de hierarquização do esporte em esporte competitivo - desporto, e não competitivo - esporte; ou em esporte formação, esporte participação e esporte rendimento.

À primeira vista parece difícil se digerir a idéia de que esporte não é educação física, já que ambos utilizam as mesmas atividades motoras. Como se pode conceber que, por exemplo, um jogo de voleibol ou uma corrida, em um determinado momento sejam esporte e, noutro momento, estas mesmas atividades sejam educação física?

Há uma lógica aparente no raciocínio dos que defendem que não há diferença básica entre, por exemplo, a corrida que faz uma pessoa que pretende melhorar sua capacidade aeróbia e a corrida realizada em uma competição de atletismo, a não ser pelo melhor desempenho dos atletas. Na verdade, se compararmos parâmetros técnicos, metabólicos, etc, do corredor recreacional e do atleta, não encontraremos motivos que determinem a existência de duas modalidades de corrida. Esse tipo de raciocínio, apesar de sua inegável coerência interna, traz um erro em seu enfoque, pois o que caracteriza, tanto o esporte, quanto a educação física não é a atividade realizada (em ambas atividade motora), mas o processo no qual a atividade está inserida e os objetivos que se pretende alcançar. Voltando à definição de Mariz de Oliveira¹ educação física é o "*domínio (acúmulo, sistematização) de conhecimentos sobre motricidade humana (movimento humano)...*" e não um conjunto de atividades motoras. Naturalmente, o acúmulo e sistematização de conhecimentos sobre motricidade humana acontece pelo estudo e realização de atividades motoras específicas, cujo repertório talvez seja ditado pela cultura do local e da época, pela tradição e até por influência da mídia. Mas não tem sido feita uma reflexão mais aprofundada sobre qual deveria ser o conteúdo desenvolvido pela educação física. Tradicionalmente, o que se tem feito é a repetição sistemática de atividades que, de tão cristalizadas, já se confundem com os objetivos da educação física.

A FIGURA 1 mostra um diagrama que representa as relações entre esporte e educação física. Nota-se que o fenômeno esportivo é único e que se apresenta em modalidades esportivas diferentes, com proporção maior ou menor de atividade motora; e que a atividade motora está também presente na educação física, mas realizada com inserção no processo de educação do indivíduo.

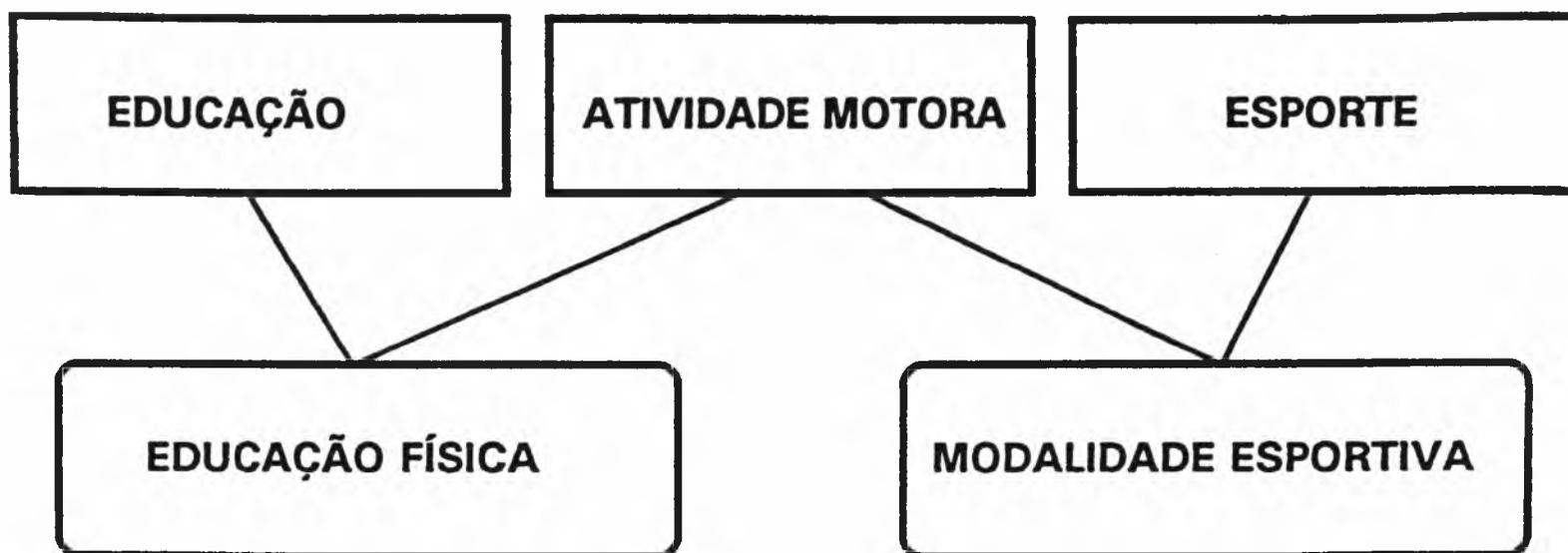


FIGURA 1 - Diagrama que apresenta a relação entre educação física e esporte.

Não há nenhuma relação de hierarquia entre esporte e educação física, ambos são fenômenos sociais importantes que devem ser estudados separadamente. Quanto ao esporte, cabe à universidade estudar as modalidades esportivas, a organização e promoção de eventos, a administração esportiva, os aspectos sociais e psicológicos tanto dos que praticam quanto dos que assistem, a preparação técnica e física dos atletas e a preparação dos profissionais que atuarão em todos esses níveis. Quanto à educação física, cabe definir o que seria um indivíduo bem educado fisicamente, que conhecimentos teóricos e práticos deveriam ser adquiridos por diferentes indivíduos em várias faixas etárias e quais os métodos de ensino mais eficientes, além de preparar profissionais para atuarem na educação escolarizada e não-escolarizada.

NÍVEL ACADÊMICO

O papel fundamental da universidade é a produção e disseminação de conhecimento. (Não cabe aqui aprofundar a discussão de como a universidade deve cumprir tais tarefas.) Por produção de conhecimento entende-se o desenvolvimento de pesquisa, bem como a acumulação, organização e sistematização de seus resultados. A disseminação de conhecimento é feita pela publicação em revistas, livros ou outros meios de comunicação e pelo oferecimento de cursos. Compete também à universidade a complexa tarefa de oferecer cursos profissionalizantes. Para tal, ela deve produzir, acumular, organizar e sistematizar conhecimento aplicável ao desempenho profissional.

A universidade se compõe de várias unidades (departamentos, faculdades, institutos e centros), que se dedicam ao estudo de uma ciência, uma área ou um tema específico e exclusivo, cumprindo o papel de produção e disseminação de conhecimento. A produção e disseminação de conhecimento em uma área exclusiva é, então, uma condição fundamental para a existência de uma unidade universitária. Cumprida essa condição, a unidade pode optar pelo oferecimento de um ou mais cursos de preparação (graduação) ou especialização e aprimoramento (pós-graduação) profissional que possam ser derivados de sua área de estudo.

Se tomarmos o significado proposto por Mariz de Oliveira¹ de que educação física no nível acadêmico é “área (temática) do conhecimento caracterizada pela estudo (entendimento, explicação, implicações...) da motricidade humana (movimento humano), com o objetivo de produzir e disseminar conhecimentos que possibilitem o ser humano a ... (atingir os objetivos propostos no nível individual/pessoal).” caberia a uma unidade universitária estudar a motricidade humana, produzindo e disseminando conhecimentos que possibilitassem ao ser humano atingir os objetivos propostos no nível

individual/pessoal e formando profissionais para trabalharem em programas que tenham o objetivo de possibilitar ao ser humano atingir os mesmos objetivos.

A crise de identidade por que passa a educação física se manifesta, no nível acadêmico, pela dificuldade em justificar sua existência enquanto unidade universitária, porque ainda não conseguiu definir e caracterizar com nitidez sua área de estudo e, conseqüentemente, não pode delinear os cursos profissionalizantes que deveria oferecer. Na verdade, atualmente, tem-se algum consenso que a área de estudo de educação física estaria de alguma maneira ligada ao movimento humano ou à motricidade humana. Mas o movimento humano é tão complexo que dele podem ser estudados aspectos específicos aos interesses de várias áreas, tais como a psicologia, a medicina, a ergonomia e outras, que estudam a utilização do movimento humano na terapia, na reabilitação, na produção etc. A educação física seria a única área a se dedicar ao estudo e entendimento do "domínio (acúmulo, sistematização) de conhecimentos sobre motricidade humana" (Mariz de Oliveira ¹). Para a produção de tal conhecimento se justificaria a existência de uma unidade universitária.

Um pouco de história

A atual crise de identidade não é a primeira experimentada pela educação física e, de certo modo, é decorrência de fatos e conjunturas anteriores. A apresentação de uma breve revisão histórica dos primeiros programas de educação física nas escolas, como também, dos primeiros cursos de formação de professores de educação física nos Estados Unidos e no Brasil, tem por objetivo fornecer informações que nos levem a entender melhor as origens da crise de identidade por que passa a educação física atualmente.

Para ilustrar as origens dos programas de educação física, serão utilizados alguns textos que descrevem com bastante profundidade as mudanças que ocorreram na educação física americana nos seus primeiros anos. Pode parecer fora de propósito e de contexto o estudo da história de outro país, mas, durante a leitura, pode se perceber que existem várias semelhanças entre o que ocorreu nos Estados Unidos e o que ocorreu e/ou ocorre no Brasil. Nota-se, também, que nossa educação física tem grande influência do modelo americano e, por causa disso, é possível, não somente aprender com a experiência daquele país, como também, com alguma possibilidade de acerto, prever o que poderá acontecer com nossa educação física.

Educação física nas escolas de primeiro e segundo graus

As passagens que serão apresentadas são um resumo do trabalho de Rose (1986).

Após a Guerra Civil, surgiu nos Estados Unidos um movimento de promoção do treinamento físico. Os participantes desse movimento fundaram em 1885 a "*American Association for the Advancement of Physical Education*" associação influenciada pelo ideal grego de cultura física e fundamentada sobre três pontos: o reconhecimento da unidade corpo e mente, a crença no desenvolvimento harmonioso da mente e do corpo, e a crença de que um indivíduo "*educado*" devesse ser excelente mental e fisicamente. Em outras palavras, os membros desse movimento acreditavam que o treinamento físico tinha um caráter educacional e, portanto, deveria ser desenvolvido nas escolas.

Os programas de treinamento físico pretendiam ser educativos em dois aspectos: higiênico e social. Higiênico, porque o desenvolvimento mental não poderia ocorrer em indivíduos sem saúde física, portanto os instrutores² deveriam encorajar atividades que pudessem prevenir ou remediar as debilidades fisiológicas e as assimetrias produzidas pela permanência na escola ou adquiridas na vida diária. Social, porque se acreditava que certas atividades seriam como "*laboratórios*", nos quais os ensinamentos da sala de aula pudessem ser reforçados pelo envolvimento corpo e mente.

Para legitimar o treinamento físico como parte do currículo escolar, os instrutores buscavam demonstrar que seus métodos e programas se baseavam em conhecimentos científicos e, portanto, mereciam status profissional. Esse período se caracterizou pela batalha entre os métodos. Essa luta entre métodos também alcançou o Brasil, onde se popularizaram o Método Francês, o Método Natural Austríaco, a Ginástica Desportiva Generalizada, entre outros.

Ao contrário do que ocorreu na Europa, nos Estados Unidos se popularizaram as atividades conhecidas como *"athletic sports"* ou simplesmente *"athletics"* porque os instrutores entendiam que tais atividades contribuíam para que pudessem ser alcançados os objetivos da educação física. Hartwell formulou um sistema de treinamento físico que incorporava ginástica *"gymnastics"* e jogos esportivos *"athletics"*, onde a ginástica era primariamente higiênica e atendia à necessidade de desenvolvimento físico e os jogos desportivos eram primariamente sociais e atendiam ao desejo da competição.

Nesse ponto é necessário esclarecer o uso da expressão *"jogos esportivos"* em detrimento de *"esporte"*. O movimento esportivo, ou o fenômeno social esporte, já existia anterior e independentemente do movimento em defesa da inclusão da educação física nos currículos escolares. Ocorreu que os treinadores, para motivarem suas aulas e com a justificativa de atingirem o objetivo de desenvolvimento social, incorporaram jogos semelhantes aos esportes populares na sociedade americana. Para esses jogos, que não têm a estrutura institucional e administrativa e tampouco a repercussão social do esporte, fica mais adequada a expressão *"jogos esportivos"*, ou seja, jogos semelhantes às modalidades esportivas.

A incorporação dos jogos esportivos nos programas de educação física trouxe um grande problema aos instrutores, porque as competições esportivas eram organizadas e dirigidas pelos estudantes, ou seja, tinham uma estrutura totalmente fora do controle dos instrutores de educação física e, segundo estes, não eram conduzidas com base em conhecimentos científicos e violavam o ideal do ser educado física e mentalmente. Já os jogos esportivos, semelhantes em sua forma ao esporte praticado pelos estudantes, pretendiam ser educacionais.

As competições esportivas entre estudantes cresceram muito e em 1906 foi fundada, com a participação dos instrutores, a *"Intercollegiate Athletic Association"* que passaria a se chamar posteriormente *"National Collegiate Athletic Association"*, que regulava as competições entre estudantes. Apesar de passarem a ser controladas pelos instrutores, as competições continuavam a se desenvolver com as mesmas características que eram alvo de crítica no período anterior à criação da associação, porque sua organização buscava atender não só aos objetivos dos instrutores, mas aos pais, aos administradores das escolas e aos alunos e porque continuavam com o formato de espetáculo. Mesmo sem conseguir interferir profundamente na estrutura das competições esportivas, os instrutores, por participarem de sua organização, passaram a considerá-las educacionais, o que contribuiu para que atualmente grande número de pessoas ainda não compreenda a distinção entre esporte e educação física.

Após a Primeira Guerra Mundial a maioria dos estados americanos regulamentou a obrigatoriedade dos programas de educação física nas escolas de primeiro e segundos graus. A *"nova educação física"*, como foi denominada, enfatizava o desenvolvimento geral (psicomotor, fisiológico, moral e intelectual) da criança através da prática de *"esporte"*. Com o crescimento dos programas de educação física nas escolas de primeiro e segundo graus, aumentou a demanda por professores. A formação destes, que era feita por instituições independentes, passou então a ser feita pela universidade, adquirindo status de curso superior.

Cursos de formação de professores de educação física

Segundo Sage (1984), o primeiro programa de educação física para alunos de terceiro grau foi implantado em 1861, por Edward Hitchcock, na Amherst College. Posteriormente, se seguiram Vassar, Harvard, Wellesley, Yale e outras. Até os primeiros anos do século XX não havia problema de identidade entre esses programas e as competições esportivas realizadas entre estudantes.

A preparação dos professores para ministrarem os programas de educação física era feita por instituições sem nenhum vínculo com a universidade como a *"Sargent's Normal School of Physical Training"*. Os programas de educação física se destinavam ao desenvolvimento da saúde, da condição física e de capacidades sociais de todos os alunos.

A nítida separação que existia entre esporte e educação física começou a desaparecer no início do século. A contratação de treinadores temporários para conduzirem o treinamento das equipes universitárias causava grandes problemas administrativos às universidades. Para manter os programas esportivos sob controle, muitas universidades passaram a contratar os treinadores em caráter definitivo. Como as universidades já tinham os departamentos de educação física, responsáveis pelos programas de educação física, os treinadores foram, obviamente, lotados nesses departamentos. Para justificar sua lotação

nos departamentos de educação física, além de treinarem as equipes esportivas, os treinadores eram obrigados a ministrarem aulas nos programas de educação física, para os quais não tinham preparação específica e pelos quais não tinham nenhum interesse.

O segundo passo dado pelas universidades foi a criação dos cursos superiores de formação de professores de educação física, uma vez que havia demanda por professores para ministrarem os programas de treinamento físico nas escolas de primeiro e segundo graus e também na universidade e porque as universidades contavam com departamentos de educação física estruturados, onde estavam lotados os instrutores de educação física e os treinadores das equipes esportivas.

Cursos de formação de professores de educação física no Brasil

De acordo com o histórico apresentado por Costa et alii (1994), a Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo - EEF-USP, criada em 1931, foi a primeira escola civil do Brasil. Até então existiam a Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo, criada em 1910 e a Escola para Preparação de Monitores mantida pela Liga de Esportes da Marinha, criada em 1925. A EEF-USP começou seu funcionamento, com aula inaugural, em 04 de agosto de 1934.

Faria Júnior (1987) apresenta alguns fatos e considerações sobre a criação dos cursos de formação de professores de educação física no Brasil. Segundo o autor, em 4 de abril de 1939, no Rio de Janeiro, criou-se a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), que compreendia as seções fundamentais de filosofia, de ciências, de letras e de pedagogia. Ao aluno que concluísse um desses cursos era conferido o título de bacharel. A FNFi também era constituída por uma seção especial de didática, que conferia ao bacharel, que concluísse seu curso, o diploma de licenciado que o habilitava a lecionar no ensino secundário. Em 17 de abril do mesmo ano, na mesma universidade, foi criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos - ENEFD, destinada à formação de técnicos em educação física e desportos.

Faria Júnior (1987) comenta que causa estranheza verificar que dentro de uma mesma universidade sejam criadas, no intervalo de poucos dias, duas faculdades. Uma destinada a formação de professores e outra destinada a formação de técnicos em educação física, com concepções bastante antagônicas. Desde sua fundação, até o ano de 1946, a ENEFD foi dirigida por militares. A exigência de segundo grau, para admissão ao curso de educação física, foi colocada somente em 1953.

(...) pode se entender que tenha predominado a visão da formação voltada para o técnico em educação física em detrimento da formação do professor licenciado, como para as disciplinas do ensino secundário, pois: a atuação daquele profissional não ficaria restrita ao ensino secundário; a educação física era vista como poderosa auxiliar no fortalecimento do estado e no aprimoramento da raça brasileira e ela se apresentava impregnada de um caráter paramilitar (Faria Júnior, 1987).

De acordo com Faria Júnior (1987), no Brasil, o curso de educação física foi implantado na universidade não para a formação de professores, mas de técnicos, e com forte influência militar, o que parece ainda pior do que a experiência americana. Os cursos superiores de educação física na universidade americana, como foi exposto, surgiram unicamente visando a formação de professores. No Brasil, o curso de educação física se destinava a formação de técnicos em educação física e desportos para atuarem na escola e na comunidade com o objetivo de fortalecer o estado e aprimorar a raça brasileira.

Como ficou claro na exposição a respeito do papel da universidade, a condição para a existência de uma unidade universitária é a existência de uma área bem definida e exclusiva de estudo, da qual podem ou não derivar cursos profissionalizantes. No caso da educação física, tem-se a impressão que o caminho foi trilhado no sentido inverso, ou seja, criou-se um curso profissionalizante sem que houvesse um corpo consistente de conhecimento sistematizado para lhe dar sustentação. Em decorrência da falta de fundamentação teórica, pela falta de um corpo de conhecimento específico da educação física, os primeiros cursos tinham caráter eminentemente técnico, com ênfase no domínio dos métodos utilizados na época. Para justificar a existência do curso superior para preparação de professores de educação física, defendia-se que os métodos utilizados pelos programas de exercícios físicos tinham embasamento científico.

Atualmente, observa-se que esta fase de ênfase no domínio de métodos e técnicas não foi totalmente superada. Apesar de alguns setores ou grupos avançarem em suas concepções, ainda convivem

em seu ambiente de trabalho com colegas de defendem sistematicamente concepções antigas, pois parece que o profissional de educação física é uma espécie muito resistente à mudança.

Nesse pequeno retrospecto podem ser localizadas as origens da dificuldade de diferenciação entre esporte e educação física e da conseqüente esportivização dos currículos dos cursos de graduação em educação física, que na falta de definição clara do perfil do profissional que pretendem formar criaram o anacronismo do "licenciado generalista" No Brasil, ao fato, já ressaltado, da inexistência de uma área de estudo com um corpo de conhecimento acumulado e sistematizado, somou-se o equívoco na definição do perfil do profissional que se buscava preparar. Tentou-se, a partir de uma base teórica muito frágil, formar um profissional com um perfil equivocado, o resultado não poderia ser pior.

A primeira grande crise

Os cursos de formação de professores de educação física das universidades americanas funcionavam normalmente, quando seus professores foram surpreendidos, em 1963, pelas declarações de James Bryant Conant, que tornou pública sua opinião de que as pesquisas feitas nos departamentos de educação física poderiam ser feitas em qualquer outro lugar (Broekhoff, 1982). Ou seja a educação física não possuía um campo independente de investigação. As declarações de Conant provocaram uma revolução nos meios acadêmicos, que, sob pressão externa, se deram conta de que a educação física não tinha um objeto de estudo exclusivo e bem definido que justificasse sua permanência na universidade.

Em defesa da educação física, Franklin Henry durante o "67 Annual Meeting of the National College Physical Education Association for Men (NCPEAM)", realizado em Dallas, em 1964, apresentou o trabalho "Physical Education: An Academic Discipline" que foi publicado nos anais do encontro e republicado em vários periódicos (Broekhoff, 1982). Em sua apresentação, Henry buscou demonstrar que a educação física era uma disciplina acadêmica, e, portanto, tinha seu lugar na universidade.

Uma disciplina acadêmica é um corpo organizado de conhecimento coletivamente organizado (...) A aquisição desse conhecimento é assumida ser um adequado e valioso objetivo em si, sem qualquer demonstração ou exigência de aplicação prática. O conteúdo é teórico e erudito, distinto do técnico e profissional (Henry, 1966).

Para Henry (1966) a educação física seria um disciplina acadêmica que estudaria certos aspectos de anatomia, antropologia, fisiologia, psicologia, etc, pertinentes ao seu foco de estudo, de maneira inter-disciplinar. O trabalho de Henry tornou se um clássico e influenciou a educação física de todo o mundo durante as décadas de 60 e 70, sendo inclusive atualizado pelo próprio autor e publicado em 1978 com o título de "The academic discipline of physical education" (Henry, 1978) e trazia como atualização a substituição do termo "inter-disciplinar" por "cross-disciplinar" Entretanto, nos primeiros anos da década de 80 começaram a aparecer várias críticas ao trabalho de Henry (Bressan, 1982; Broekhoff, 1982).

O modelo "cross-disciplinar" trouxe grande progresso ao estudo da atividade motora, mas não logrou aglutinar os esforços dos pesquisadores no sentido de caracterizar uma área de estudo exclusiva que fortalecesse as justificativas para a existência de uma unidade universitária. Pelo contrário, provocou a chamada disciplinarização da educação física, caracterizada pela fragmentação da área e pela perda de sua identidade. Foi ingenuidade acreditar que a soma de fisiologia do exercício, aprendizagem motora, biomecânica, psicologia da atividade motora, sociologia da atividade motora, etc, resultaria em educação física. Na verdade nossos pesquisadores, em seu trabalho, se aproximaram das disciplinas "mães" (fisiologia, psicologia, sociologia, etc), se distanciando da educação física, instaurando a crise de identidade em que nos encontramos.

Não se pode negar que a disciplinarização trouxe benefícios para a educação física, principalmente a brasileira. Melhorou o nível de qualidade de suas pesquisas e de seus cursos profissionalizantes, criou a pós-graduação e nossos pesquisadores obtiveram maior aceitação no meio acadêmico, não como professores de educação física, mas como especialistas em fisiologia, biomecânica, aprendizagem motora, etc. Não se pode, também, negar o aporte de conhecimento a respeito da atividade motora vindo da fisiologia do exercício, da biomecânica, da aprendizagem motora de outras disciplinas, que deram um embasamento científico à educação física. Entretanto, esse conhecimento, vindo de áreas tão distintas, encontra-se segmentado e não pode ser transferido diretamente para a atividade profissional. Deve

ser produzido um novo conhecimento, aplicável a situações complexas, derivado da organização e sistematização das contribuições particulares de diversas áreas de estudo.

O modelo "cross-disciplinar", proposto por Henry, influenciou fortemente a educação física brasileira. Nossos primeiros mestres e doutores fizeram seus cursos nos Estados Unidos na década de 70. Portanto, sofreram influência do modelo americano da época e o trouxeram para o Brasil, onde ainda vigora na maioria das universidades, apesar da reforma curricular ocorrida em 1986 e das críticas que esse modelo tem recebido.

Situação atual

Com a constatação de que educação física não é uma disciplina acadêmica inter ou cross-disciplinar, atualmente busca-se responder a três questões fundamentais: 1) Qual o objeto de estudo da educação física? 2) Como ele deve ser estudado? e 3) Que caminho deve seguir a formação profissional?

Objeto de estudo

Buscando responder à primeira questão, tem ocorrido nos Estados Unidos a reestruturação de vários departamentos de educação física. Mas cada departamento tem um entendimento diferente do seu objeto de estudo. A diversidade das possibilidades de entendimento se reflete nos nomes que receberam os departamentos reestruturados. Newell (1990) relacionou 69 nomes diferentes. Apenas a título de exemplo temos:

- Educação do Movimento (Movement Education)
- Ciência do Exercício e da Saúde (Exercise and Health Science)
- Cinesiologia (Kinesiology)
- "Performance" Humana (Human Performance)
- Cinética Humana (Human Kinetics)
- Estudos do Movimento Humano (Human Movement Studies)
- Cineantropologia (Kinanthropology)
- Ciência e Educação do Movimento (Movement Science and Education)

No Brasil, as faculdades têm mantido o nome educação física ou educação física e esportes, mas por influência de Sérgio (s.d.), tem adquirido popularidade o termo Motricidade Humana.

Tamanha diversidade de concepções pode estar refletindo dois fatos: ou ainda não se amadureceu suficientemente o entendimento de qual seria o objeto de estudo da educação física ou a segmentação da educação física em várias áreas de estudo específicas é inevitável.

Forma de abordagem

O movimento humano é um comportamento muito complexo. Limitar o seu estudo apenas a um nível de análise é desprezar uma riqueza enorme de significados que ele pode ter. Quando, por exemplo, se estuda um comportamento apenas a nível físico, tem-se um estudo incompleto porque está se desprezando seu significado cultural e psicológico. Curl (1973) comenta que é impossível estudar o movimento humano sem a utilização de vários níveis de análise e de várias formas de conhecimento, não podendo ser, por causa disso, uma área de estudo exclusiva de uma unidade universitária. O movimento humano pode ser estudado pela fisiologia, pela psicologia, pela sociologia, pelo teatro, pela dança, etc.

Renson (1989) e Renshaw (1973) solucionam esse problema esclarecendo que compete à educação física estudar o movimento humano em estreita relação com as questões profissionais e conseqüentemente com ênfase no aspecto agógico (inserido no processo educativo do ser humano). Sendo, quando estudado com essas características, exclusivo da educação física. Tal consideração sugere que o estudo do movimento humano, apesar de seus vários significados, quando realizado com ênfase no aspecto agógico e em função das questões relativas à atuação profissional é exclusivo da educação física.

Quanto à forma de abordar o estudo do movimento humano, nos reportamos ao trabalho de Henry (1966) que terminava com a convocação: "*se a disciplina acadêmica da educação física ainda não existisse, ela precisaria ser inventada*", demonstrando que, naquele momento, se acreditava que o único caminho para justificar a permanência da educação física na universidade, era ser uma disciplina acadêmica. Já em 1982, Broekhoff publica um trabalho com o título "*Uma disciplina acadêmica - quem precisa dela?*" mostrando que no início da década de 80 já se tinha outra visão do papel da universidade. Essa nova visão do papel da universidade pode ser percebida no artigo "*Discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna*", onde Santos (1988) ressalta que a ciência moderna é temática, ou seja, busca estudar problemas práticos - temas, usando várias linguagens e formas de conhecimento.

Atualizados com a tendência da tematização da ciência destacada por Santos (1988), O'Hanlon & Wandzilak (1980) caracterizam a educação física, no nível acadêmico, como um tema integrativo de pesquisa. Os fatores aglutinadores, em torno do qual o estudo do tema deveria se integrar, seriam o aspecto agógico ressaltado por Renson (1989) e Renshaw (1973) e a orientação à solução dos problemas profissionais. Caberia a educação física produzir um novo conhecimento que trouxesse em si, além de elementos próprios, a integração e sistematização dos resultados de pesquisas realizadas pelas disciplinas "*contribuintes*" (no modelo proposto por Henry são chamadas de sub-disciplinas da educação física). O trabalho de produção desse conhecimento deve responder às perguntas da prática e formular novas questões às disciplinas contribuintes. A FIGURA 2 mostra um diagrama, adaptado de O'Hanlon & Wandzilak (1980), que representa a posição da educação física em relação às disciplinas contribuintes e à atuação profissional.

O entendimento da educação física como tema integrativo de pesquisa, além de atual, parece ser mais promissor, no sentido de permitir a caracterização de um objeto único de estudo. A adoção de uma abordagem temática trará como consequência dois pontos positivos:

- (1) uma parte do conhecimento produzido por essa área será aproveitada nos cursos de preparação profissional, não apenas de educação física, mas em todos os cursos onde o conhecimento sobre a motricidade humana seja um aspecto importante; e (2) quebram-se barreiras entre os pesquisadores de diferentes origens, gerando um maior intercâmbio e interação entre diversas áreas para o estudo da motricidade humana (Teixeira, 1993).

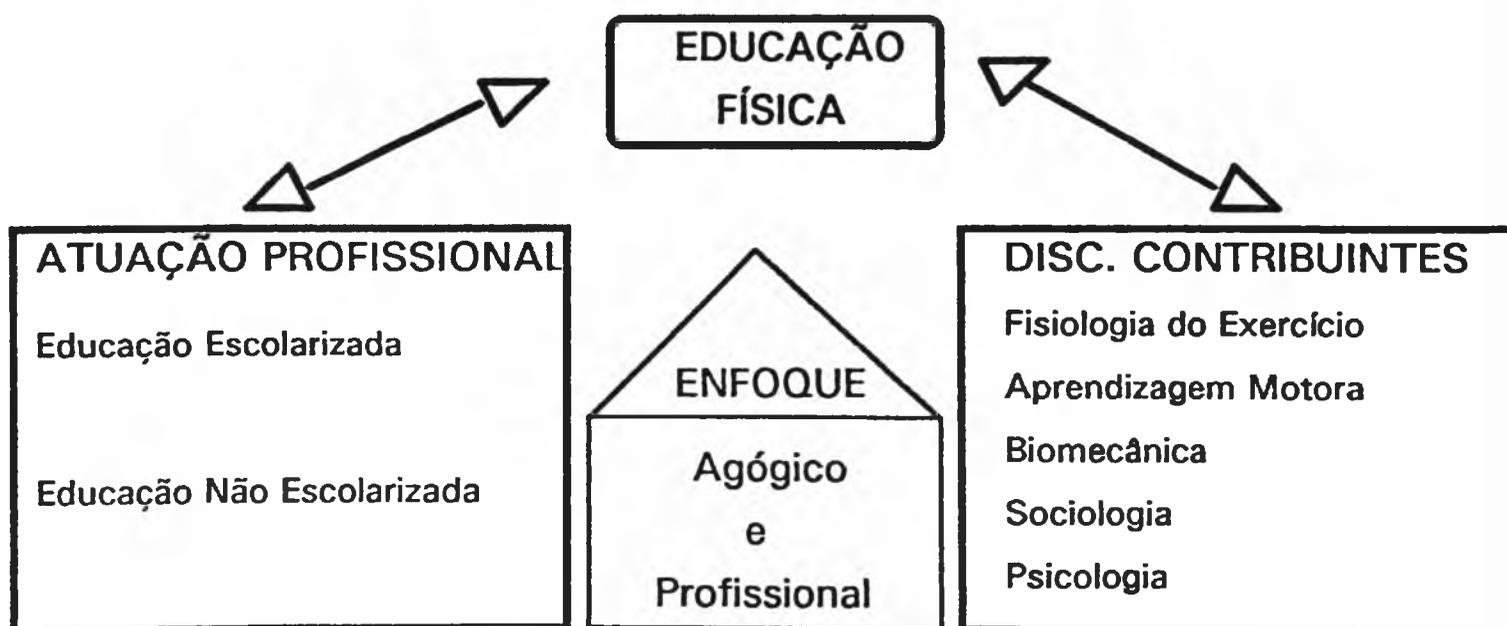


FIGURA 2 - Diagrama que apresenta a posição da educação física em relação às disciplinas contribuintes e à atuação profissional, adaptado de O'Hanlon & Wandzilak (1980).

Formação profissional

Foi dito que uma das funções da universidade é a disseminação do conhecimento, e que nessa função se inclui a organização e o oferecimento de cursos de formação profissional. Tradicionalmente, como se pode notar pelo estudo de suas origens, as faculdades e os departamentos de educação física têm oferecido apenas o curso de licenciatura em educação física. Em 1986, o Conselho Federal de Educação abre a possibilidade das instituições de ensino superior oferecerem também o curso de bacharelado em educação física.

Essa mudança ainda não foi bem assimilada pelas universidades, porque a tradição dos cursos de licenciatura é muito antiga e as pessoas têm dificuldade em pensar de forma diferente. Um dos motivos para a dificuldade de aceitação dos cursos de bacharelado é o temor que o oferecimento de dois cursos distintos possa trazer, ou aprofundar, a fragmentação da área. Tal preocupação é fruto da confusão que é feita entre área de estudo e formação profissional. O conhecimento produzido por uma área de estudo pode ser utilizado por várias profissões, ou seja, de uma área de estudo podem derivar vários cursos de formação profissional, sem sua fragmentação ou perda de identidade.

A partir da década de 70 houve um crescimento no número de programas de educação física, com as mais diversas características, desenvolvidos fora do ambiente escolar. Para se adequar à esta nova realidade, alguns teóricos como Faria Júnior (1987) propuseram a figura do "*licenciado generalista*" que trabalharia com atividades "*formais*" e "*não formais*" melhor dizendo atividades dentro e fora dos muros escolares.

Os defensores de tal proposição cometem dois grandes equívocos: 1) o licenciado, em qualquer profissão, é o profissional habilitado a lecionar em escolas de primeiro e segundo graus. É impossível existir um "*licenciado generalista*"; 2) a classificação "*formais*" e "*não formais*" por sua vez, também, não é correta. Várias atividades, que os defensores dessa proposta classificam como "*não formais*", têm uma forma institucionalizada, como é o caso das atividades desenvolvidas em academias de ginástica. A classificação das atividades, parece, nesse caso, ser feita tendo a escola como o centro da educação física, o que não é verdadeiro. Bassoli³ caracteriza a tendência de se acreditar que a escola é o centro de todas as transformações que ocorrem na sociedade de "*messianismo pedagógico*" ou de "*divinização da escola*"

Atualmente pode se detectar claramente a existência de duas grandes vertentes do mercado de trabalho em educação física: o segmento escolar e o segmento não escolar. Para atuar nas escolas, ministrando a disciplina educação física, já existe o curso de licenciatura, que precisaria apenas ser expurgado do caráter "*generalista*". Para atender ao segmento não-escolar, enquanto não se caracterizarem outras sub-áreas, seria adequado o curso de bacharelado em educação física. Aqueles que não concordam com o bacharelado, o fazem porque ainda não conseguiram superar a visão de educação física como uma entidade única, sem diferenciação entre atividade acadêmica e atuação profissional.

A pesquisa realizada por Mariz de Oliveira (1988) junto aos alunos de vários cursos de licenciatura em educação física do estado de São Paulo, demonstrou que a maioria dos alunos que buscavam os cursos pesquisados não tinham como objetivo principal preparar-se para atuar como professor em escolas de primeiro e segundo graus. Os resultados encontrados sugerem que:

A inexistência do bacharelado em educação física tem canalizado para licenciatura em educação física um falso contingente de candidatos ao magistério. Desta forma, inflam-se os cursos de licenciatura com alunos que de antemão não pretendem assumir compromisso com a causa escolar (Mariz de Oliveira, 1988).

A criação dos cursos de bacharelado em educação física permite, além do atendimento a um mercado de trabalho emergente e importante, eliminar a distorção dos cursos de licenciatura, que, preocupados com a formação de "*licenciados generalistas*", têm formado profissionais despreparados tanto para atuarem na escola, quanto fora dela.

NÍVEL DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Morford, em 1972, fazendo uma reflexão sobre sua experiência como professor de educação física, escreveu:

Os poucos, os anos vividos como profissional da área de educação física me fizeram perceber que somos basicamente um grupo de "fazedores" com pouco ou nenhum embasamento teórico sobre nossa atividade. A questão aqui se concentra na ausência de qualquer preocupação verdadeira com uma estrutura disciplinar ou teórica que sustente a profissão

Latorre de Faria (s.d.) na década de 50 já apontava a necessidade de embasamento teórico dos profissionais de educação física, para diferenciá-los dos "oficiais". O que foi feito no período de mais de 20 anos decorridos entre a recomendação de Latorre de Faria e a constatação de Morford?

Whitehead (1933 citado por Morford, 1972) define profissão como "... uma vocação cujas atividades estão submetidas à análise teórica e que são modificadas por conclusões teóricas derivadas dessa análise"

Parece haver consenso que o ponto central de uma profissão é sua estrutura teórica. Pelo que foi exposto nesse trabalho, percebe-se que o grande problema da educação física tem sido a definição de sua área de estudo e a construção de teorias próprias. Por essa razão não é de se surpreender que seus profissionais sejam "fazedores", como observou Morford (1972).

A disciplinarização decorrente do modelo "cross-disciplinar" proposto por Henry (1966), trouxe a fragmentação da educação física, porque seus pesquisadores, cada um trabalhando em sua disciplina, acabaram por contribuir para o fortalecimento das disciplinas "mães", e não produziram conhecimento sistematizado e integrado em quantidade e qualidade suficiente para fundamentar o trabalho do profissional de educação física. Existe um "gap" que poderíamos chamar de fosso, entre a teoria dispersa e assistemática, construída pelas chamadas "sub-disciplinas" e as necessidades práticas do profissional. Alguns autores apontam que existe um descompasso entre teoria e prática. Me parece que o que ocorre realmente é a ausência de um corpo teórico consistente para ser utilizado pelo profissional de educação física. Cabe à educação física, enquanto tema integrativo de pesquisa, construir o corpo teórico que dê embasamento à atuação profissional.

Não se trata de negar a contribuição que a fisiologia do exercício, a biomecânica, a aprendizagem motora e outras disciplinas têm dado ao estudo da atividade motora nem o embasamento científico que têm prestado à educação física. Na verdade essas e outras áreas ligadas à atividade motora devem ser estudadas por pesquisadores com formação em educação física, porque eles têm mais interesse e capacidade para fazê-lo. Falta, de fato, estudos aplicados a prática profissional que integrem o conhecimento adquirido em tais disciplinas. Os estudos integrativos caracterizariam uma área de estudo exclusiva da educação física e construiriam um corpo teórico consistente para dar apoio à atuação profissional.

O problema que se coloca é como se integrar e sistematizar o conhecimento, hoje disperso, dando-lhe uma forma que caracterize a área de educação física e que dê embasamento à atuação profissional. Segundo Santos (1988), apesar de grande concordância quanto à tematização da ciência, na prática, ainda é muito difícil a concepção e o delineamento de estudos temáticos. As idéias de O'Hanlon & Wandzilak (1980) sobre a natureza temática da área de estudo da educação física com espírito agógico e orientada profissionalmente parecem oferecer um caminho possível, mas difícil de ser trilhado.

NÍVEL DE EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA E NÃO ESCOLARIZADA

Educação física, ao nível individual/pessoal, é o processo de acumulação e sistematização de conhecimentos teóricos e práticos sobre motricidade humana. Se de um lado, o profissional deve receber um conteúdo teórico durante sua formação, por outro lado, deve transmitir conhecimentos teóricos para seus alunos (ou clientes). A educação física não é apenas a prática de atividade física. Se assim fosse, não seria necessário que tivesse formação superior, o profissional que apenas dirige as atividades práticas, apita jogos, conta as repetições dos exercícios e marca o ritmo das atividades com sinais sonoros.

Educação escolarizada

Na escola, por exemplo, as disciplinas curriculares têm como objetivo ensinar algo que possa contribuir para o processo educativo do ser humano. Nenhuma disciplina justifica sua inclusão no currículo por ser apenas prática de exercícios e atividades. O resultado das eventuais práticas deve ser a retenção, em caráter permanente, de algum conhecimento que seja útil na vida pessoal e/ou profissional do aluno. A educação física também deveria ter as mesmas características e objetivos das demais disciplinas curriculares, ou seja, não pode ser somente um conjunto de atividades cuja realização não tenha como objetivo a retenção de algum conhecimento a respeito da motricidade humana que contribua para a educação do indivíduo.

Quando a educação física é ministrada, nas escolas, apenas como prática de atividades físicas, perde-se a oportunidade de poder exercer alguma influência permanente no processo educativo dos alunos. Além disso, é muito questionável se da forma como é ministrada, com duas aulas semanais de 50 minutos onde devem ser desenvolvidos vários conteúdos, pode haver alguma melhora, mesmo que temporária da condição física dos alunos. Michaud & Andres (1990) fazem uma reflexão baseada em princípios fisiológicos, que traz uma contribuição para essa questão. Segundo eles, os programas de educação física escolar são insuficientes para provocar melhora nos parâmetros de condição física. Isso significa que se a educação física se destina apenas a desenvolver a aptidão física de seus alunos, ela não tem cumprido o seu papel.

No extremo oposto à visão da educação física curricular como prática de atividades físicas, se coloca a tendência, bastante divulgada atualmente, de se buscar atingir, com as aulas de educação física, a formação integral do homem. Teixeira (1993) comenta que é espantosa a quantidade e diversidade de objetivos propostos nos planos de curso elaborados para educação física no contexto de educação escolarizada e relaciona alguns encontrados com maior frequência:

- *recreação;*
- *aprendizagem de habilidades motoras e regras relativas a modalidades esportivas;*
- *aprendizagem de danças e coreografias;*
- *socialização;*
- *auto-realização;*
- *desenvolvimento afetivo;*
- *desenvolvimento físico e orgânico;*
- *desenvolvimento intelectual; e*
- *desenvolvimento da criatividade.*

Ora, se fosse possível que apenas uma disciplina atingisse todos esses objetivos, poder-se-ia eliminar todas as demais disciplinas do currículo das escolas de primeiro e segundo graus, sem o risco de haver alguma perda para a educação dos alunos. Mas, na realidade, quando se analisam os objetivos um a um, conclui-se que vários deles seriam mais eficientemente atingidos por outras disciplinas como a psicologia, as artes, etc, e que a educação física seria uma duplicação de esforço desnecessária.

A tentativa ingênua de demonstrar sua importância para a educação das pessoas, listando um rol enorme de objetivos, tem contribuído para desorientar os profissionais, que não conseguem vislumbrar o que fazer para atingir tamanha diversidade de objetivos, e para descaracterizar a disciplina educação física. A educação integral do homem é conseguida por um largo espectro de experiências, inatingíveis por uma única atividade. A educação física cabe contribuir com a educação para o movimento, o que seria, caso fosse bem sucedida, uma grande contribuição. Como acontece no nível acadêmico, onde, para existir, uma unidade universitária precisa possuir um objeto de estudo específico e exclusivo, na composição do currículo escolar, uma disciplina, para justificar sua inclusão, precisa demonstrar sua capacidade de alcançar objetivos específicos, exclusivos e importantes para a educação do ser humano.

Educação não escolarizada

No contexto da educação física não escolarizada, tem havido o deslocamento do foco central da profissão do processo de educação para o movimento, para a influência que os resultados desse processo

podem ter na prevenção e no tratamento das doenças hipocinéticas. Observa-se que os profissionais de educação física têm se preocupado mais em estudar e entender os mecanismos de instalação e de tratamento de doenças sobre as quais a atividade motora pode ter alguma influência positiva, do que, como era de se esperar, em desenvolver seus conhecimentos e habilidades profissionais para transmitir conhecimentos teóricos e práticos a respeito da motricidade humana. Esse fenômeno, chamado por Bassoli³ de "*medicalização de educação física*", contribui para a descaracterização da profissão e para a perda de status de seus profissionais, pois, quando se encara a educação física como terapia, o profissional mais indicado para exercê-la seria o médico.

Somente se justifica a existência de educação física nas escolas, e também fora dela, se ela tiver algo a "*ensinar*". Mas o que ensinar? Corbin (1981) sugere uma taxionomia (reunindo trabalhos próprios e de outros autores) para a educação física, que inclui níveis crescentes de complexidade para os aspectos de desenvolvimento interpretativo, desenvolvimento orgânico, desenvolvimento de habilidades e desenvolvimento pessoal-social. Se a educação física tem o que ensinar, é necessário que se organizem os conteúdos teóricos e práticos adequados para os vários programas, não só em sua diversidade, e distribuição temporal, mas também em níveis crescentes de complexidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos podem pensar que as tentativas de caracterização da educação física, quer no nível acadêmico quer no nível de atuação profissional, sejam discussões filosóficas estereis. Mas o futuro das escolas, faculdades ou departamentos de educação física depende de sua capacidade de demonstrar nitidamente à comunidade científica qual seu objeto de estudo. Na mesma situação se encontram os profissionais de educação física que, para conseguirem o sonhado reconhecimento social e a proteção do seu mercado de trabalho, precisam explicar à sociedade o que eles fazem. Também está ameaçada de ser extinta dos currículos de primeiro e segundo graus a disciplina educação física, caso não mostre, com urgência, a contribuição que pode prestar ao processo educativo dos jovens.

ABSTRACT

ACADEMIC AND PROFESSIONAL CHARACTERIZATION OF PHYSICAL EDUCATION

Trying to surpass the current identity crisis of the physical education, many works, outlining its basic characteristics, have been presented. But this effort has not achieved the desired results because the belief that physical education and sports are interrelated entities and because the undistinguished use of the term physical education signifying field of study, professional course, professional performance and curricular discipline. The purpose of this work is to present some reflections about the characteristics of the physical education at academic and professional levels. At academic level, it's supposed that production and dissemination of knowledge is the main role of university and that offering professional courses are a complex kind of dissemination of knowledge. To justify its place in the university, physical education must have a specific and exclusive object of study, in this work, understood as an integrative theme, agogic and professionally oriented. At professional level, it is postulated that many courses can be derived from the same theme of study and that they should emphasize the theoretical basis of the professional performance. And finally, it is also recommended that the curricular discipline of physical education should transmit practical and theoretical knowledge, contributing to the educational process of the human being.

UNITERMS: Physical Education; Subject Matter; Professional Formation; Professional Performance; Curricular Discipline.

NOTAS

1. Mariz de Oliveira, J.G. Comunicação pessoal, 1994.
2. Rose usa, em seu texto, as expressões instrutores, treinadores físicos, administradores e/ou diretores de programas, e não professores de educação física.
3. Bassoli - Comunicação pessoal, 1993.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETTI, M. Educação Física; dessemelhança e identidade com o esporte e o jogo, I. **Informativo APEF**, n.7, p. 10-2, 1983.
- BRESSAN, E.S. An academic discipline for physical education; what a fine mess! **Proceedings, National Association for Physical Education in Higher Education**, v. 3, p. 22-7, 1982.
- BROEKHOFF, J. A discipline - who needs it? **Proceedings of the NAPEHE Anual conference**, p. 28-35, 1982.
- CORBIN, C.B. First things first, but don't stop there. **JOPERD. The Journal of Physical Education, Recreation and Dance**, june, p. 12-3, 1981.
- COSTA, E.S. et alii. **Primeira turma de licenciados em educação física EEf-USP - Sexagésimo aniversário do início das atividades didáticas 1934 - 1994**. São Paulo, 1994.
- CURL, G.F. An attempt to justify human movement as a field of study. In: BROOKE, J.D.; WHITING, H. T. A., eds. **Human movement a field of study**. London, Henry Kimpton Publ., 1973.
- FARIA JUNIOR, A.G. O homem ou o homem, a sociedade e a educação. In: OLIVEIRA, V.M., org.; FARIA JUNIOR, A.G. coord. **Fundamentos pedagógicos da educação física 2**. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1987. p.15-33.
- HENRY, F.M. The academic discipline of physical education. **Quest**, n. 29, p. 13-29, 1978.
- _____. Physical education: an academic discipline. In: H. S. SLUSIIFER, H.S.; LOCKART, A.S., eds. **Anthology of contemporary readings: an introduction to physical education**. Dubuque, Iowa, Wm. C. Brown, 1966. p.281-6.
- LATORRE DE FARIA, A. **A profissão de professor de educação física**. Rio de Janeiro, ENFFD da Universidade do Brasil, s.d.
- MARIZ DE OLIVEIRA, J.G. Preparação profissional em educação física. In: PASSOS, S.C.E., org. **Educação física e o ensino de primeiro grau: uma abordagem crítica**. São Paulo, E.P.U./EDUSP, 1988.
- MICHAUD, T.J.; ANDRES, F.F. Should physical education programs be responsible for making our youth fit?. **JOPERD. The Journal of Physical Education, Recreation and Dance**, August, p. 32-5, 1990.
- MORFORD, W.R. Toward a profession, not a craft. **Quest**, n. 18, p. 88-93, 1972.
- NEWELL, K.M. Physical education in higher education: chaos out of order. **Quest**, n. 42, p. 227-42, 1990.
- O'HANLON, J.; WANDZILAK, T. Physical education: a professional field. **Quest**, n. 32, pp. 52-9, 1980.
- RENSHAW, P. The nature of human movement studies and its relationship with physical education. **Quest**, monograph XX, summer issue, p. 79-86, 1973.
- RENSON, R. From physical education to kinanthropology; a quest for academic and professional identity. **Quest**, n. 41, p. 235-56, 1989.
- ROSE, D.A. Is there a discipline of physical education? **Quest**, n. 38, p. 1-21, 1986.
- SAGE, G.H. The quest for identity in college physical education. **Quest**, n. 36, p. 115-21, 1984.
- SANTOS, B.S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, p.46-77, 1988.
- SÉRGIO, M. **Para uma epistemologia da ciência da motricidade humana**. Lisboa, Compendium, s.d..
- TANI, G. Perspectivas da educação física acadêmica. In: SIMPÓSIO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2., Rio Claro, 1989. Rio Claro, UNESP, 1989.
- TEIXEIRA, L.A. Estudo da motricidade humana como fonte de ordem para um tema científico, uma profissão, e um componente do currículo escolar. **Revista Paulista de Educação Física**, v.7, n.1, p. 77-91, 1993.

Recebido para publicação em: 28 jun. 1994

ENDEREÇO: Jorge Roberto Perroux de Lima
 Universidade Federal de Juiz de Fora
 Faculdade de Educação Física e Desportos
 36000-000 - Juiz de Fora - MG - BRASIL